

# Não sou técnico de Conservação e Restauro!

OPINIÃO COLUNISTAS



António João Cruz

Não tenho qualquer formação em Conservação e Restauro e, por isso, evidentemente que não sou técnico de Conservação e Restauro. No entanto, o título acima não alude ao meu caso particular, antes ao de quem tem cinco anos de formação superior em Conservação e Restauro e é identificado como técnico de Conservação e Restauro ou, numa forma mais compacta, técnico de Restauro. A situação ocorre frequentemente nas poucas notícias e noutros textos em que são relatadas actividades desta área e, provavelmente, a maioria de quem os lê, designadamente os envolvidos, não vê aí qualquer problema. Pelo menos, salvo um comentário de Frederico Henriques, não tenho visto queixas. Mas as palavras contam e essa designação de técnico, mesmo que usada sem qualquer intuito negativo como parece ser o caso, tem consequências negativas, quer para os nomeados, quer para a Conservação e Restauro.

Em primeiro lugar, ainda que não seja o mais importante, há a questão de já há anos estar estabelecida em Portugal a distinção entre técnico de Conservação e Restauro e conservador-restaurador. Ela surgiu no Decreto-Lei n.º 55/2001, que determinava a criação das carreiras de conservador-restaurador e de técnico de Conservação e Restauro. Numa ocasião em que as licenciaturas tinham cinco anos de duração, para ingresso na carreira de conservador-restaurador era exigida “licenciatura na área da Conservação e do Restauro”, enquanto o recrutamento para a carreira de técnico de Conservação e Restauro era feito “entre diplomados com curso superior na área de Conservação e Restauro, que não confira o grau de licenciatura”. Quanto aos conteúdos funcionais, o documento definia que um técnico de Conservação e Restauro “procede a exames técnicos e ao diagnóstico do estado de conservação do património cultural [e] realiza e documenta as intervenções adequadas a cada caso”, ao passo que um conservador-restaurador “investiga, utiliza e adapta métodos laboratoriais e processos técnico-científicos, a fim de diagnosticar, definir, coordenar e executar acções de conservação preventiva bem como realizar intervenções curativas de conservação e restauro do património cultural”. Ou seja, a distinção passa pelas competências de investigação, estudo e coordenação – que são atributos característicos do conservador-restaurador.

O decreto-lei referia-se apenas a carreiras de pessoal de organismos da administração central sob tutela do Ministério da Cultura, mas a distinção generalizou-se à actividade. Para isso contribuíram, sem dúvida, as recomendações da E.C.C.O. – European Confederation of Conservator-Restorers’ Organisations e da ENCoRE – European Network for Conservation-Restoration Education, em particular a que esta última aprovou nesse mesmo ano de 2001 sobre a necessidade de cinco anos de estudos superiores especificamente de Conservação e

Restauro para entrada na profissão de conservador-restaurador. Foi esta a perspectiva adoptada e mantida até ao presente pelas três instituições portuguesas que integram a ENCoRE, designadamente – por ordem de antiguidade dos cursos – o Instituto Politécnico de Tomar, a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade Católica Portuguesa, a segunda com formação mais vocacionada para as Ciências da Conservação e as outras duas para a intervenção.

Portanto, conservadores-restauradores e técnicos de Conservação e Restauro, não obstante a parte comum da formação, são profissionais com competências de níveis diferentes que, em nome do rigor e da clareza, devem ser correctamente identificados.

O segundo problema da identificação dos conservadores-restauradores como técnicos de Conservação e Restauro – para mim, de longe, o mais importante – é a posição onde a Conservação e Restauro é colocada no contexto do estudo e preservação do Património. Com efeito, quando a propósito de um caso é relatado o envolvimento, por exemplo, de um arquitecto, historiador ou engenheiro e de um técnico de Conservação e Restauro parece-me evidente que este fica num plano secundário. Ainda que as actividades de todos eles exijam formação equivalente e todos eles, de modo igualmente equivalente, possam contribuir para o estudo e preservação do Património, não me recordo de ver o arquitecto referido como técnico de Arquitectura, o engenheiro como técnico de Engenharia ou o historiador como técnico de História da Arte – embora o conservador-restaurador quase sempre seja o técnico de Conservação e Restauro. É certo que num dos dicionários de português que mais aprecio, o *Houaiss*, técnico é definido de uma forma vaga, que pode servir para qualquer um dos mencionados, como “aquele que é versado numa arte ou ciência”, mas segundo outro dicionário do mesmo calibre, o *Aurélio*, de um modo mais concreto, técnico é o “indivíduo que aplica determinada técnica”, algo que não são nem o conservador-restaurador nem os outros nomeados, que não se limitam a aplicar conhecimentos.

Eloquente ilustração desta menorização da Conservação e Restauro, que se manifesta na identificação dos conservadores-restauradores como técnicos quando o mesmo não acontece a respeito dos outros, é o caso da atribuição do prémio Vilalva, pela Fundação Calouste Gulbenkian, à recuperação da Igreja e Torre dos Clérigos, em 2016. No texto distribuído à imprensa, depois amplamente reproduzido sem qualquer informação adicional, eram referidos a instituição que atribuía o prémio, os membros do júri que tinham feito a escolha e a entidade que tutela o monumento e promoveu os trabalhos premiados. Constavam também referências ao respeito pela integridade física do património edificado, ao recurso a técnicas tradicionais, à recuperação da dignidade e dos valores que estavam perdidos, enfim, ao uso de adequadas metodologias de Conservação e Restauro, entre outros aspectos que pesaram na decisão do júri. Mas quem desenvolveu o projecto, quem estabeleceu a metodologia de intervenção, quem executou o trabalho que acabou por ser premiado? Qual foi a empresa de conservação e restauro ou de recuperação do Património que esteve envolvida? Quem foram as pessoas que, entre contraditórios valores, escolheram os que deviam ser preservados, decidiram o que devia ser feito e o que não podia ser feito, seleccionaram as técnicas e os materiais a usar? Nem um nome! Em contrapartida, a propósito da menção honrosa na mesma ocasião atribuída ao projecto das instalações da sede da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, era claramente identificado o atelier de Arquitectura responsável pelo mesmo.

Este caso, que [comentei na ocasião](#), e outros análogos (designadamente outros prémios Vilalva posteriores) mostram claramente que os conservadores-restauradores não têm o mesmo estatuto que os outros profissionais que lidam com o Património Cultural. Certamente que chamar técnico a um conservador-restaurador quando outros são identificados como arqueólogos, arquitectos, engenheiros ou historiadores não é a directa causa disso, mas, parece-me, alimenta uma ideia de Conservação e Restauro, como actividade manual, que contribui para essa secundarização, prejudicando quer os conservadores-restauradores, quer o Património.

Face ao muito que já se conhece, constata-se o peso de uma realidade com valências patrimoniais irrecusáveis, em que Vila Viçosa emerge como um dos centros mais destacados, depois de sucessivas descobertas de pintura mural coberta sob camadas de rebovo hodierno ou atrás de altares de talha, de forros de papel ou de sucessivas camadas de repinte. A atenção e sensibilidade com que a Fundação da Casa de Bragança, sob batuta do seu administrador João Gonçalo do Amaral (1930-2012), recuperou inúmeras decorações fresquistas dos monumentos sob sua tutela, através de empresas como o Mural da História, testemunha esse reforço de interesses assente num exigente trabalho interdisciplinar entre técnicos de conservação e restauro e historiadores de arte, unidos no cumprimento dos estudos integrados, numa feliz conjugação de esforços que se saúda, e permitiu reabilitar um sem-número de bons exemplos<sup>190</sup>.

*P.S.* – Evidentemente que o título deste texto e o que atrás está dito não significa qualquer desconsideração dos técnicos de Conservação e Restauro e da sua actividade – aliás, fundamental para a preservação do Património. O que está em causa é apenas o lugar da Conservação e Restauro, que afecta quer técnicos, quer conservadores-restauradores.